

PROJETO DE LEI Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2009

"Altera dispositivo da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suprimido o inciso XVII do § 1º do artigo 101 da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2009.

EUGÊNIO PINTO
Prefeito Municipal

WANDICK ROBSON PINCER
Presidente do IMP

OSMAR DE ANDRADE
Procurador Geral do Município

Itaúna, 14 de agosto de 2009

Ofício nº 370/2009 - Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 47/09

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa, o Projeto de Lei nº 47/2009, que "*Altera dispositivo da Lei nº 4.175, de 16 de fevereiro de 2007, e dá outras providências*", para análise, deliberação e aprovação dessa Egrégia Casa.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de apreço e distinta consideração.

EUGÊNIO PINTO
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
ANTÔNIO DE MIRANDA SILVA
DD.Presidente da Câmara Municipal
Itaúna - MG

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 47/09

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

A presente proposição guarda ampla relação com o Projeto de Lei Complementar nº 06/2009 que *"Altera dispositivo da Lei nº 3.072, de 25 de abril de 1996, e dá outras providências"*, tendo em vista que a inserção do termo *"apostilamento"* através de emenda aditiva ao § 1º do artigo 101 da Lei nº 4.175, de 16/02/007, desde a sua sanção vem trazendo prejuízos aos servidores beneficiários da Lei Complementar nº 36/05, na qualidade de segurados no regime de previdência própria dos servidores municipais de Itaúna.

Com a inclusão do inciso XVII no artigo 101, os servidores beneficiários deixaram de contribuir sobre a referida verba complementar, o que lhes resultou a devolução, a partir de 17/5/2008, dos valores recolhidos até essa data, retornando também a parte patronal aos cofres públicos.

A supressão do inciso XVII ora pleiteada permitirá aos servidores que alcançaram o benefício da Lei Complementar nº 36/05, o direito de ter suas contribuições incorporadas para cálculo de afastamento de auxílio-doença, bem como de aposentadoria, evitando-lhes prejuízos incalculáveis. Ademais, por se tratar de verba de natureza permanente, esta deverá guardar adequação ao comando do artigo 90, § 9º, da Lei nº 4.175/07.

Há, portanto, legalidade da contribuição e havendo observância ao critério criado para o tempo de contribuição, ou seja, contribuição por tempo mínimo de 6 anos ou 12 intercalados, nos mesmos moldes da Lei Complementar nº 36/2005, a incorporação dessa vantagem no benefício de aposentadoria dos servidores públicos do Município de Itaúna, segundo apurado nos últimos estudos atuariais elaborados pelo Conselho do IMP, não causará desequilíbrio financeiro e atuarial ao plano de beneficiários nos próximos 35 anos.

Outro motivo que conduz à supressão é que se percebe na vedação exposta pelo inciso XVII tratamento diferenciado para situações semelhantes, quais sejam, o § 2º, que admite a contribuição social calculada sobre o vencimento do servidor acrescido do exercício de cargo de confiança ou em comissão. Ora, se existe abertura para a contribuição sobre parcelas laborais

extravencimento não há razão para se excluir o "apostilamento" até mesmo porque, ao fazê-lo desta forma, fere-se o direito à igualdade, princípio este constitucional.

Acompanha esta proposição o parecer acerca do tempo de contribuição, para o recebimento do apostilamento na aposentação dos segurados do IMP, emitido pela empresa de consultoria Libertas & Associados, assinado pelo Responsável Técnico Atuário Dr. Raphael K. Cunha Silva.

Com essas justificativas, aguardamos seja o projeto analisado, votado e aprovado por V. Exas.

Atenciosamente.

EUGÊNIO PINTO
Prefeito Municipal